

RECURSO ESPECIAL Nº 1.731.743 - SP (2018/0068790-6)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
RECORRENTE : YURI ALEXIEIVIG MENDES DE ALMEIDA
ADVOGADO : YURI ALEXIEIVIG MENDES DE ALMEIDA (EM CAUSA PRÓPRIA)
- SP309524
RECORRIDO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : ALENA ASSED MARINO SARAN E OUTRO(S) - SP091230
INTERES. : DEDE COMERCIO DE VEICULOS EIRELI - ME
ADVOGADO : YURI ALEXIEIVIG MENDES DE ALMEIDA - SP309524

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. FIXAÇÃO POR EQUIDADE. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por YURI ALEXIEIVIG MENDES DE ALMEIDA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 705):

APELAÇÃO AÇÃO DECLARATÓRIA IPVA Alienações dos veículos a terceiros Sentença de improcedência Pleito de reforma da sentença Cabimento PRELIMINAR Nulidade da sentença Afastamento Só é nula a decisão que carece de fundamentação e não aquela que tem fundamentação concisa MÉRITO Ausência de comunicação ao órgão de trânsito Irrelevância Transferência da propriedade de bens móveis se dá por meio da tradição, conforme art. 1.267 do CC (Lei nº 10.406, de 10/01/2.002) Tributo que tem natureza real, incidindo sobre a propriedade, nos termos do art. 2º da Lei Estadual nº 13.296, de 23/12/2.008 Comprovação da alienação dos bens antes da ocorrência dos fatos geradores do tributo Conjunto probatório que indica que o apelante não era proprietário dos veículos à época dos lançamentos tributários Inaplicabilidade do art. 134 do CTB (Lei Federal nº 9.503, de 23/09/1.997) e do art. 4º, III, da Lei Estadual nº 6.606, de 20/12/1.989 Responsabilidade solidária do antigo proprietário do veículo não caracterizada Inversão da sucumbência Sentença reformada APELAÇÃO provida, para declarar inexigíveis os IPVAs e demais tributos, referentes aos 46 (quarenta e seis) automóveis relacionados na petição inicial; para anular os débitos tributários já configurados; para determinar que a apelada se abstenha de efetuar quaisquer lançamentos e/ou cobranças passadas, atuais ou futuras, relacionadas aos veículos ora discutidos, tudo a contar das datas das alienações.

No recurso especial, o recorrente alega contrariedade ao art. 20, §§ 3º e 4º, do CPC/1973 sustentando ser irrisório o valor da verba honorária fixada pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual pugna por sua majoração.

Contrarrazões a fls. 309-317 e-STJ.

Decisão de admissibilidade às fls. 755-756.

É o relatório. Decido.

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que os valores fixados a título de honorários advocatícios somente podem ser modificados em situações excepcionais, quando se mostrarem irrisórios ou exorbitantes, de modo a afrontar os parâmetros da razoabilidade.

Ademais, também já restou definido pela jurisprudência do STJ que, vencida a Fazenda Pública, para a fixação do *quantum* dos honorários advocatícios, o magistrado deve levar em consideração o caso concreto em face das circunstâncias previstas no art. 20, §§ 3º e 4º, do CPC, utilizando-se do juízo de equidade e podendo adotar como base de cálculo o valor da causa, o valor da condenação ou mesmo arbitrar valor fixo, não ficando adstrito aos percentuais legalmente previstos (posicionamento firmado, inclusive, sob o rito dos recursos representativos de controvérsia: REsp 1.155.125/MG, Rel. Min. Castro Meira, Primeira Seção, DJe de 6/4/2010).

No caso, tenho que o montante fixado pela Corte *a quo* (R\$ 1.000,00) não justifica a revisão do juízo de equidade proferido pela instância local, tendo em conta o valor da causa (R\$ 100.000,00). Considerando as peculiaridades do caso concreto, a condenação em honorários advocatícios representa o percentual de 1% do valor causa, o que, conforme a jurisprudência desta Corte, não se mostra irrisório.

Nesse sentido, confira-se o seguinte excerto do voto condutor do acórdão recorrido:

Diante da inversão do julgado, fica a apelada condenada ao pagamento dos honorários advocatícios, que fixo no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), fixados por equidade, tendo em vista a pouca complexidade da causa e a desnecessidade de produção de provas, nos termos do artigo 20, parágrafo 4º, do Código de Processo Civil (Lei nº 5.869, de 11/01/1.973) .

Nesse sentido:

PROCESSO CIVIL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO CIVIL. LICENÇAS. AFASTAMENTOS. LICENÇA-PRÊMIO. ENTENDIMENTO FIRMADO POR JURISPRUDÊNCIA DO STJ. DISCUSSÃO. HONORÁRIOS. IMPOSSIBILIDADE. FIXAÇÃO. IRRISORIEDADE. INEXISTÊNCIA. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 7 DA SÚMULA DO STJ.

I - Na origem, trata-se de ação que objetiva a nulidade de ato administrativo que implantou o chamado "abate-teto" sobre a remuneração do autor da demanda, bem como a reparação pelos danos morais sofridos. Na sentença julgou-se parcialmente procedente o pedido para, confirmando a tutela antecipada, declarar ilegal a incidência do chamado "abate teto" sobre a indenização da licença-prêmio não gozada, determinando a sua imediata restituição em favor do autor. No Tribunal a quo a sentença foi parcialmente reformada para aplicar o redutor salarial sobre a remuneração ordinária de cada período de licença prêmio, e não sobre a soma da remuneração de todos os períodos, sob pena de enriquecimento sem causa do ente público. Esta Corte conheceu dos recursos de agravo para não conhecer dos recursos especiais.

II - Em consonância com o que reza a pacífica jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, não é cabível, mediante recurso especial, a

discussão acerca do valor fixado a título de honorários advocatícios. Excepcionalmente, é admitida tal discussão, desde que o valor fixado seja irrisório ou exorbitante, caso contrário é aplicado o óbice da Súmula 7/STJ

III - É válido lembrar que o STJ vem entendendo que a fixação dos honorários advocatícios num patamar de, no mínimo, 1% sobre o valor atualizado da causa não enseja a acusação de irrisoriedade. Assim, uma vez que o valor fixado a título de honorários advocatícios não configura-se como irrisório, já que a fixação excedeu o mínimo jurisprudencialmente estabelecido de 1% sobre o valor atualizado da causa, não merece o recuso especial ser conhecido, por encontrar óbice na Súmula n. 7/STJ.

IV - Agravo interno improvido

(AgInt no AREsp 1052616/SP, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/06/2019, DJe 14/06/2019)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. VERBA HONORÁRIA FIXADA EM R\$ 15.000,00. VALOR NÃO CONSIDERADO EXORBITANTE PELO STJ, CONSIDERANDO O VALOR ATRIBUÍDO À CAUSA (R\$ 1.409.707,46). AGRAVO INTERNO DO SINDICATO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Esta Corte Superior já orientara ser inviável a modificação da verba honorária dos Advogados, em sede de Recurso Especial, por demandar, em tese, a averiguação e avaliação do contexto fático-probatório dos autos. 2. Contudo, esse entendimento é relativizado quando evidenciado que a verba honorária foi arbitrada em valores excessivos ou ínfimos, sem que para isso se faça necessário o reexame de provas ou qualquer avaliação quanto ao mérito da lide. Precedentes: AgRg no REsp. 1.225.273/PR, Rel. Min.

CESAR ASFOR ROCHA, DJe 6.9.201; REsp. 1.252.329/RJ, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 24.6.2011.

3. No presente caso, os honorários advocatícios foram fixados em R\$ 15.000,00, que representam aproximadamente 1% sobre o valor dado à causa, o que não se mostra exorbitante, nos termos da jurisprudência acima citada.

4. Agravo Interno do Sindicato a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 610.018/RS, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 12/02/2019, DJe 21/02/2019)

Ante o exposto, **não conheço do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro BENEDITO GONÇALVES

Relator